

PRÊMIO INNOVARE

Da tranca pra rua: projeto inova e é premiado ao dar voz aos presos

Iniciativa pioneira da Defensoria Pública do Estado transforma detentos em docentes

▄ VITOR VOGAS
vvogas@redgazeta.com.br

“Uma sociedade deve ser julgada não pela forma como trata seus cidadãos proeminentes, mas pela forma como trata seus criminosos.”

Partindo dessa premissa lançada há mais de um século pelo brilhante romancista russo Fiódor Dostoiévski (o autor de “Crime e castigo” chegou a amargar dias no cárcere), um núcleo de defensores públicos com atuação no Estado inaugurou, no início de 2014, um projeto inovador no sistema penitenciário capixaba, movidos por um objetivo simples, porém ousado: informar e conscientizar os detentos acerca dos direitos que eles possuem, à luz do Direito Penal e da Constituição Federal, como qualquer cidadão brasileiro.

Com essa motivação, os defensores públicos Cláudio Angelo Correa Gonzaga e Marcello Paiva de Mello lançaram o “Tranca pra Rua”, que pode ser resumido como um curso intensivo, presencial e online, voltado a ensinar aos presidiários direitos elementares que, em geral, eles ignoram.

Idealizado por Angelo quando ele prestava assistência jurídica a detentos de um presídio em Cariacica, o “Tranca pra Rua” cresceu, tomou corpo e passou a contar com o apoio formal da Defensoria Pública do Estado e de diretores de outras penitenciárias. No último dia 1º, veio a consagração: único projeto capixaba a chegar entre os 21 finalistas do XII Prêmio Innovare, ficou em 1º lugar na categoria Defensoria Pública, em meio a 41 trabalhos inscritos. A iniciativa visa valorizar medidas que busquem aprimorar as práticas judiciais no país.

DIALETOS

A grande inovação do projeto está num “detalhe” nada pequeno: no lugar de advogados dando aulas em tom professoral e linguagem “juridiquês”, quem assume o papel de professor, a palavra e o pincel para rabiscar a louça são os próprios presos.



O defensor público Cláudio Angelo Correa Gonzaga explica o projeto e mostra um vídeo para as internas

“

Queremos mostrar o outro lado: o preso de uma maneira digna e respeitosa. Nos vídeos, eles sempre são cordiais, falam com muita seriedade”

Após aprender com os defensores noções de Direito Penal, aqueles que se destacam são escalados para retransmitir aos demais o que assimilaram.

Essa retransmissão do conhecimento passa, é claro, por uma recodificação, com os “professores” retraduzindo no dialeto próprio da cadeia conceitos que, a princípio, soam complexos para qualquer leigo. Assim, como relata Angelo, o primeiro grande mérito do projeto é romper essa barreira linguística que, a priori, tende a gerar ruídos na comunicação entre esses “clientes” tão singulares e aqueles que, por missão constitucional, de-



Presas do sistema carcerário do Estado tiram suas dúvidas sobre Direito Penal

vem oferecer-lhes a melhor defesa e orientação jurídica em nome do Estado.

As aulas ministradas pelos presos foram gravadas e publicadas em oito módulos e no site do projeto, passando a ser exibidas para os presos em salas de projeção de outras unidades, no estilo “teleaula”.

OUSADIA

Mas se engana quem pressupõe que, por sua condição atual e sua errante história de vida (a maioria possui baixíssima escolaridade), os detentos-docentes oferecem um produto intelectualmente pobre.

Basta abrir os primeiros

vídeos listados no site para se espantar, por exemplo, com um preso falando com desenvoltura sobre progressão de regime, incluindo referências corretas à Revolução Francesa. O mesmo vale para conceitos como livramento condicional, indulto e remissão de pena, prescrição e (novamente deparamos com Dostoiévski), crime, castigo e restauração.

A ousadia do “Tranca pra Rua” vem do fato de que o público-alvo da iniciativa é composto, basicamente, por criminosos assim reconhecidos pela Justiça e já condenados a pagar uma longa pena atrás das grades, o que inclui homicidas.

Aqueles que muitos se recusariam a auxiliar, vistos como párias sociais. Porém, segundo Angelo, a proposta vai além de transmitir conhecimento: também passa por transmitir ao público outra visão sobre a população carcerária, do ponto de vista do próprio detento.

“Os objetivos são dois: primeiro, a difusão do conhecimento jurídico, rompendo a barreira linguística do nosso jargão. Em segundo lugar, transmitir uma nova imagem da pessoa presa. Geralmente temos aquela imagem de uma cela apertada e escura, cheia de braços saindo. Queremos mostrar ao público uma imagem al-

ternativa da pessoa presa que não é divulgada, a do preso que se dedica a atividades positivas. E, com isso, ajudar a diminuir o preconceito”, afirma o defensor.

ESTIGMAS

A propósito de estigmas, Angelo não teme ser ele mesmo condenado, junto com seus colegas e apoiadores no projeto, por “passar a mão na cabeça de criminosos”. “Alguns comentam que a proposta seria absurda. Porém, um sistema mais humanizado reduziria os alarmantes índices de reincidência, melhorando a segurança para todos.”

O reconhecimento do Prêmio Innovare está aí para mostrar que Angelo parece certo. No site, alguns vídeos já atingiram mais de 4 mil visualizações. O projeto já foi levado para presídios masculinos em Colatina e Barra de São Francisco e também para uma carceragem feminina em São Mateus.

Mais que o reconhecimento nacional, o importante, resalta Angelo, é o auto-reconhecimento proporcionado aos participantes, a partir da imagem projetada não só no site e nos telões das salas de aula das unidades, mas para além dos muros da prisão. “Eles mostram à mãe que o cárcere não é ambiente só de violência”. Para muitos, a experiência serviu até para continuarem a estudar, e não só os fundamentos do Direito. Um deles chegou a prestar o Enem em 2014.

“O interno que produziu o vídeo sobre indulto e comutação da pena exemplifica a comutação sobre sua própria pena. Após a gravação do vídeo, enviamos um ofício ao juiz da comarca com o cálculo. Foram mais de sete anos a menos de pena. Esse interno saiu do regime fechado (tranca) para o regime aberto (rua). É um caso emblemático, a partir do qual temos a noção do potencial que um projeto como esse tem em larga escala”, diz o defensor.

Como diria Francis Bacon, conhecimento é poder. “Nesse caso”, conclui Angelo, “é liberdade”.

FOTOS: DIVULGAÇÃO